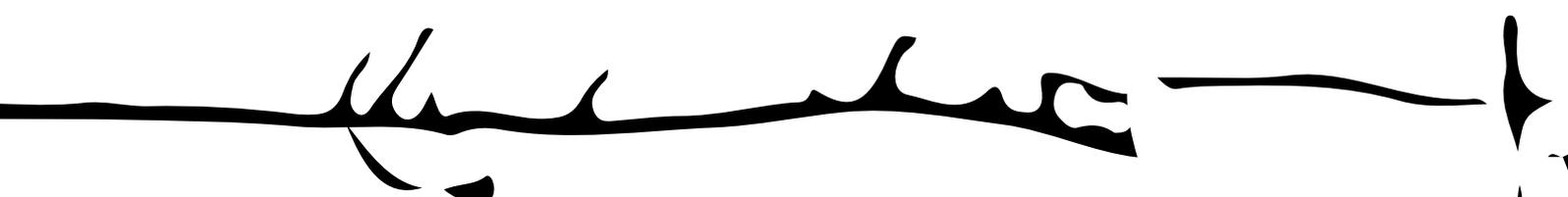


**Pelo “direito  
ao território”  
afrodiaspórico.**

**A especificidade pedagógica da  
luta quilombola de Ilha de Maré,  
Salvador, Bahia**



**Entrevista com Nega  
(Marizélia Carlos Lopes)**

Quem entrevista:

**Francine Cavalcanti**

POSGEO / UFBA

**Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira**

RAU+E / EtniCidades / UFBA

**Paula Regina de Oliveira Cordeiro**

UNEB, POSGEO / UFBA





**NEGA**

*MARIZÉLIA CARLOS LOPES*

A convite do grupo iDALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, a entrevista que apresentamos debate o “Direito ao Território” (ESCOBAR,2015), a partir da ontologia<sup>1</sup>, tendo por base as práticas sócio-político-espaciais do território tradicional quilombola de Ilha de Maré, localizado no Município de Salvador, Bahia, através da interlocução com o Estado Brasileiro, no que compete ao campo político institucional de luta por direitos fundamentais<sup>2</sup>.

O olhar sobre a “ilegitimidade” do Estado Brasileiro em seu caráter colonial, tão estruturante do paradigma moderno-colonial sobre o “Estado de Direitos”<sup>3</sup> é confrontado, neste trabalho, a partir do relato de uma referência baiana e nacional da luta quilombola denominada Marizélia Carlos Lopes, ou como a mesma se autodenomina, “Nega”. Para os fins que o presente trabalho representa, respeitaremos sua forma escolhida de autoapresentação.

“Nega” é a quinta geração de uma família negra rural e pescadora localizada no território de Ilha de Maré, situado no município de Salvador, Bahia. Ela é militante do Movimento Nacional de Pescadoras e Pescadores e uma das fundadoras desse Movimento. Já a Ilha de Maré (Ver Fig 01), seu território de referência político cultural ancestral, é composto por comunidades quilombolas e pesqueiras que resistem a processos de opressão e de violação de direitos desde o período colonial. A Ilha de Maré faz parte do arquipélago da Baía de Todos os Santos e se configura como bairro da cidade de Salvador, desde 2017<sup>4</sup>. Por força constitucional, trata-se integralmente de dominialidade da União, já que se constitui de ilha costeira sem sede de município<sup>5</sup>.

Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação -RTID, 2017<sup>6</sup>, peça técnica, antropológica, cartográfica e fundiária, fundamental para a política institucional de reconhecimento do direito quilombola ao território, a Ilha de Maré, atualmente, é distribuída em 11 comunidades tradicionais pesqueiras: Neves, Itamoabo, Santana, Botelho, Porto dos Cavalos, Praia Grande, Maracanã, Bananeiras, Caquende, Ponta Grossa e Martelo. Constituem um total de 644 hectares de extensão territorial e 404 famílias a serem beneficiadas pela regularização fundiária das terras ocupadas. Destas comunidades, 06 (seis) se autodeclaram remanescentes de quilombos e 04 (quatro) são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), encontrando-se em fase de tramitação processual de regularização territorial junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desde 2004<sup>7</sup>.



A partir de dados do censo étnico racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), se constata que a Ilha de Maré é classificada como o bairro mais negro de Salvador. Contudo, embora seja um território de belezas e diversidades naturais e culturais, além da exclusão social que impõe desigualdade racial para os moradores, o mesmo é afetado por grave poluição e contaminação química, gerada por indústrias internacionais instaladas nas proximidades da comunidade durante a ditadura militar, entre as décadas 1960 a 1970, quando foi implementado o Polo Industrial de Aratu na região metropolitana de Salvador<sup>8</sup>.

As comunidades da Ilha, que vivem conforme uma identidade tradicional pesqueira, estão expostas a graves violações de direitos e ao Bem Viver<sup>9</sup>, violências físicas, morais e psicológicas, sofrendo contaminação química crônica<sup>10</sup>, que provocam danos irreparáveis à saúde e ao modo de vida tradicional, com mortes e doenças, afetando aos habitantes de todas as idades e não apenas crianças e idosos.

O Estado brasileiro tem sido omissivo diante dessa realidade, conivente com as irregularidades praticadas pelas grandes empresas e insensível diante do sofrimento das comunidades afetadas. Segundo o dossiê elaborado pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP/BA e a Colônia de Pescadores de Z-4 de Ilha de Maré para denunciar este crime ambiental ao Conselho Nacional de Direitos Humanos entre anos de 2014 e 2017, os estudos ambientais feitos pelo Estado e pelas empresas são maculados por interesses políticos. Muitos encaminhamentos de competência dos órgãos reguladores e de fiscalização ambiental e de ocupação não são cumpridos, os processos de regularização fundiária dos territórios tradicionais da ilha transitam nos órgãos competentes há mais de uma década sem perspectiva de avanço, e o pouco que se caminha institucionalmente para uma garantia de direitos, via judiciário, transita na esfera de medidas 'compensatórias'

sem controle social, longe dos principais canais de mídia e, portanto, sem visibilidade para a sociedade brasileira.

Neste sentido, a luta pelo território de Ilha de Maré, diante da violação dos direitos humanos à vida, à saúde, à educação e ao acesso à terra, traz para o campo da esquerda brasileira um caráter pedagógico fundamental. Principalmente porque evidencia que o avanço na garantia dos direitos fundamentais não está associado apenas a conjunturas político-institucionais. Ao contrário, as décadas de governos de esquerda no Brasil foram também o período de maior acirramento do conflito vivido pelo território pesqueiro e quilombola de Ilha de Maré. É por isso que a conversa que se segue com "Nega" traz para o leitor, elementos da luta afrodiaspórica, especificamente brasileiros. Esperamos que a leitura a seguir sensibilize o leitor assim como as autoras do presente trabalho. Com o propósito de incluir todos os sujeitos que atuaram nessa entrevista, nos apresentamos brevemente:

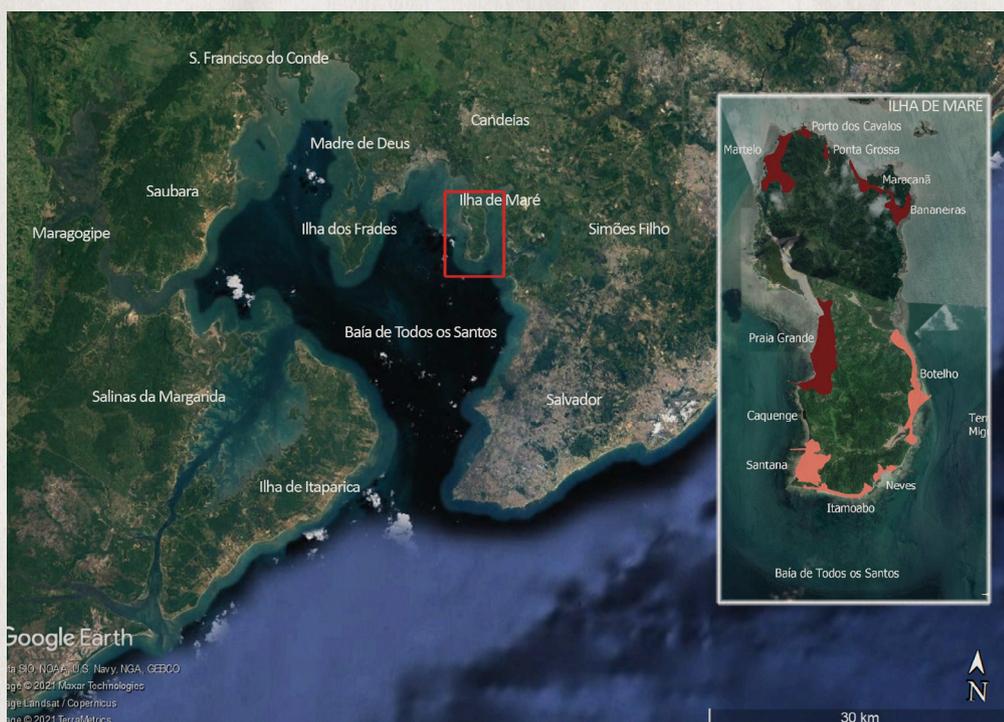
Francine Cavalcanti é geógrafa, especialista em Direito Urbanístico pela PUC/MG (2011), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2013) e doutoranda em Geografia pelo IGEO/UFBA. É membra dos Grupos Costeiros (UFBA). Atua há 15 anos em políticas públicas institucionais de regularização fundiária de interesse social como servidora federal da Secretaria do Patrimônio da União, órgão do executivo brasileiro vinculado atualmente ao Ministério da Economia. Atua também em projetos de assistência técnica e assessoria popular em territórios urbanos e rurais.

Luana Figueiredo é arquiteta e urbanista especialista em Habitação e Direito à Cidade pela Residência Profissional (RAU+E) da UFBA (2014); mestre pelo PPGAU (2019) e professora colaboradora na RAU+E. Pesquisadora do grupo EtniCidades, com foco em políticas habitacionais para comunidades tradicionais, quilombolas e rurais. Trabalha com projetos de assistência técnica e assessoria popular para comunidades urbanas e rurais.

Paula Regina Cordeiro é geógrafa, doutoranda e mestra em Geografia pelo IGEO/UFBA; especialista em Habitação e Direito à Cidade (UFBA/2014) e professora substituta da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Membro dos Grupos Costeiros (UFBA), NEA (UFRB), NEG (UNEB). Pesquisadora de Geografia Africana e dos Povos e Comunidades Tradicionais; Cartografia e fundadora da AYO Cartografia.

Do ponto de vista metodológico, a entrevista que segue se divide em 4 (quatro) eixos principais, quais sejam: 1º) Identidade Quilombola e Território: sujeito individual e coletivo ancestral; 2º) *Corpo-política* (GROSFUGUEL, 2012), da luta pelo "*Direito ao*

*Território*": organização social X conflitos histórico-sócio-ambientais; 3º) Limites da institucionalidade diante do racismo estrutural do Estado brasileiro; 4º) Leitura de conjuntura e caráter pedagógico da luta quilombola de Ilha de Maré. Foram utilizados recursos de entrevista oral, pesquisas bibliográficas, materiais cedidos pela entrevistada, áudios de Whatsapp e edição dos conteúdos transcritos. O objetivo de se estruturar em eixos essa entrevista foi proporcionar uma melhor leitura ao traduzir para a forma escrita os diálogos realizados. O material foi revisado e devidamente aprovado por Nega.



**Figura 01:** Mapa de Localização das Comunidades Quilombolas de Ilha de Maré na BTS. Fonte: Google Earth 2021, Elaboração: OLIVEIRA, Luana e CORDEIRO, Paula.

## **Eixo 1: Identidade quilombola e território: sujeito individual e coletivo ancestral**

**Luana:** Marizélia, agradecemos muito a oportunidade de conhecê-la e de conversarmos um pouco. Para iniciar você poderia nos contar um pouco da sua história e se apresentar?

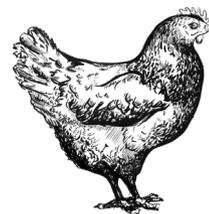
Eu sou Marizélia Carlos Lopes, mais conhecida por 'Nega', e gosto desse apelido. Quem me ofertou esse apelido foi minha bisavó Ana, ela chamava meu pai de Nêgo, aí quando eu nasci ela disse que eu era muito parecida com ele, e disse, o nome dela vai ser 'Nega. Aqui na comunidade é meu apelido, e todo mundo me chama de 'Nega'. E os amigos, as pessoas, eu gosto que também me chamem assim, então não tem problema.

Eu sou mulher, negra, pescadora. Sou filha de Vilma do Nascimento Menezes Lopes e Ernandes Carlos Lopes. A mãe de pai é uma das pessoas de referência na minha vida, minha vó Lurdes. Ela tem traços indígenas, a pele mais negra... Eu também conheci meu bisavô Cândido, minha bisavó Maria, meu bisavô Fernandes e minha bisavó Augusta, e se tem uma coisa que eu tenho de lembrança da minha infância e eu gosto, é ter conhecido meus bisavós.

Eu cresci ouvindo as histórias e os contos contados pelo meu bisavô Fernandes. Ele era alto, um negro lindo e ele também cumpria um papel importante na Comunidade. Ele era o enfermeiro, o médico, quem tinha o conhecimento de cuidar de todas as pessoas, fazia os curativos quando alguém se machucava ou se feria com a arte da pesca, anzol, ele que resolvia. Meu bisavô tinha um conhecimento tão grande, e eu sou muito feliz de ter conhecido e vivenciado, esse tempo. Eu ainda era menina, mas eu lembro muito dele.

Assim, as mulheres da minha família, todas elas são muito guerreiras. Minha avó Lurdes casou com meu avô Beca, o nome dele era José Carlos, o pai de pai, ele largou deixou minha vó e foi conviver com outra senhora, e ele e meus tios eram muito jovens, meu pai tinha 14 anos, o segundo mais velho... Então minha avó criou e educou 07 homens, mariscando, vendendo quitutes. E aqui na comunidade não tinha quem soubesse torrar o amendoim tão perfeito igual a ela.

E também tem a história de minha avó Dunga (Clarice do Nascimento Menezes), que criou também 11 filhos, com muita dificuldade, com meu avô... E essas mulheres, mãe e minhas tias, todas guerreiras que cuidaram da gente. E tem uma coisa muito



bonita na família, que eu trago como herança, é que a gente se cuida, né? Então os filhos das minhas irmãs não é meu sobrinho, só meu sobrinho, é filho também. Os filhos das minhas primas, dos meus primos, são meus sobrinhos e a gente cuida de cada um. Então essa coisa na comunidade, todas as crianças 'é da comunidade', **isso não existe fora de comunidade tradicional**. Então, a gente por exemplo, eu tô com 51 anos e só teve 01 afogamento de criança, porque todo mundo cuida de todo mundo.

**Luana: Você se refere à comunidade como parte de uma grande família...Na medida em que você vai falando de si, aparecem ao mesmo tempo, elementos de identidade coletiva importantes na compreensão do território de Ilha de Maré. Você poderia aprofundar um pouco mais essa relação individual e coletiva de afirmação do território? Poderia nos contar mais sobre seu território e sua comunidade?**

Então, quando eu me apresento nos lugares que a gente tem falado, nos espaços de luta, eu me apresento como Marizélia Lopes, mulher negra, pescadora, que vive em comunidade tradicional. Então ser essa mulher é um desafio, sabe? Mas ao mesmo tempo, se eu tivesse que nascer de novo eu não viveria sem a comunidade tradicional. A relação que eu tenho, que nós temos, com o território, e é por isso que a gente faz luta, é uma relação difícil de explicar, porque é uma relação ancestral, então não começa comigo. É aqui que estão as minhas referências.

Se eu comecei a entrevista falando de mãe, de pai, de minha avó, dos meus bisavôs, é porque são eles minha referência. Se eu tivesse que sair da comunidade, por algum motivo e ir pra cidade, eu deixaria de ser Marizélia Lopes, a 'Nega' que carinhosamente foi batizada por minha avó, que tem seus vínculos com a terra construídos a partir da experiência de minha mãe, pai, avós e bisavós, e seria mais uma 'nega' (negra) de Salvador, mais uma estatística de negras que foram expulsas de seus territórios originários no passado e são hoje engolidas pela complexidade dos problemas da cidade. Essas negras foram perdendo suas referências com suas comunidades e foram sendo engolidas por outras referências que não são as nossas.

Então, ser mulher de comunidade tradicional é saber ser uma liderança, uma militante que faz lenha, que pesca, que marisca, que carrega água, que conhece o tempo da maré, que faz beiju, que faz pamonha, que cuida de filho, que cuida de neto. Então, ser mulher, ser mulher negra de comunidade tradicional, é pertencer a essa relação profunda e ancestral com o território, e com as pessoas desse território.

Eu conheço cada um que vive em Ilha de Maré, eu conheço cada beco, eu conheço cada criança, então isso, a gente só vai ter, morando em comunidade. Então a riqueza e a liberdade que a gente tem na comunidade não existe em outro lugar. Agora a gente não tá livre das influências do capital, né? Essa ideia do que é meu e não é do outro é influência do capital. Por isso que a afirmação do território é importante, porque a ideia central é o que é meu é também do outro, é nosso.

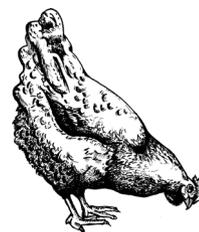
E isso é importante, por exemplo, porque a gente não passa fome, tem dor maior do que você ver um vizinho passando fome? Então uma das coisas que mais me orgulha de ser de comunidade pesqueira é que a gente não passa fome porque somos guiados pela natureza. Sobre as histórias da comunidade, meu bisavô contava que ele nasceu aqui mas seus pais vieram de uma comunidade de Cachoeira, não me recordo o nome, chegaram aqui fugidos, ele disse que andaram por muitos dias e fugidos de Cachoeira. Atravessaram de barco pra Ilha [de Maré] em Porto dos Cavalos, que é a costa mais próxima do continente, mas vieram de Cachoeira andando.

Mas quando eles chegaram aqui, meu bisavô conta que os pais deles escutaram que já tinha algumas famílias fugidas do engenho Wanderlei Pinho<sup>11</sup>. Então minha vó Lurdes contava que quando ela era menina, ela alcançou ainda uma carreira de pedra, um muro de pedra que os primeiros moradores fizeram como um jeito de se proteger, de se proteger um pouco, assim dos capitão do mato e tal.

Então meus bisavós já nasceram aqui e já tem muitos anos, meu bisavô Fernandes, ele morreu com 103 anos, e ele contava que ele nasceu aqui na comunidade. Ele morreu tem uns trinta e poucos anos, ano 2000... Se tem 30 anos, foi 1990...Então, imagine? Ele nasceu um pouco antes da abolição.

Então os mais velhos contam que as primeiras famílias vieram dessa parte, né? Da parte norte da ilha: onde tem Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa. Tanto do museu Wanderley Pinho quanto também de Cachoeira, das bandas de Cachoeira.

A comunidade de Praia Grande, tem uma história, que a gente não aprofundou, mas tem relatos de moradores, que os primeiros habitantes, eles conseguiram escapar dos navios negreiros. E assim Praia Grande é uma das comunidades que quando ela seca a praia, ela seca toda, então os negros que conheciam que ali era raso, que o canal estava próximo das coroas, os mais velhos contam que teve muitos negros que fugiram do navio. Então, essa Ilha de Maré tem muita história relacionada ao período da escravidão no Brasil.



## **Eixo 2: Corpo-política - da luta pelo “direito ao território: organização social x conflitos histórico-sócio-ambientais**

Francine: ‘Nega’, seu relato sobre sua identidade coletiva e individual de afirmação do território é extremamente rico para a produção de um conhecimento geopoliticamente afrodiaspórico, uma vez que localiza seu ‘lugar de fala’, (RIBEIRO, 2012)<sup>12</sup> a partir de sua experiência vivida e sua própria historicidade enquanto mulher negra quilombola. Pautado em uma perspectiva de aprofundar ‘corpo-politicamente’<sup>13</sup> o que a luta quilombola representa para você, gostaríamos de compreender a organização do território de Ilha de Maré a partir dos conflitos vividos pelas comunidades da ilha. Quando você identifica os primeiros conflitos e em que medida as comunidades vão se organizando para acessar a política institucional de reconhecimento dos direitos quilombolas, promovidos pelos Governos Lula e Dilma?<sup>14</sup>

Olha, desde cedo, quando eu tinha 17 anos eu já tava participando de uma assembleia, assinando ata e a gente já estava pensando no que fazer para sair daquela situação de exploração. Eu já tinha muito ‘escuro’ na minha cabeça que vivíamos sob uma condição de exploração desde pequena. A gente tem até, aqui, essa ata do primeiro sindicato rural de Salvador se não me engano, em torno do ano de 1987.

A gente cresceu ouvindo que a gente vivia nas terras do fazendeiro, o coronel Maia. Eu lembro que eu ficava muito triste, porque pai dava um duro danado, e aqui tinha muitos saveiros, e a produção pesqueira era gigante aqui em Ilha de Maré, e a gente ter que dividir com os ditos donos da terra.

A pesca era vendida mais nas Feiras Livres. Também levava de saveiro, para o comércio que era maior em São Joaquim, mas também para Ribeira, Paripe como até hoje, a produção é menor, mas em todas as feiras tem alguém de Ilha de Maré vendendo o seu produto, da pesca ou da agricultura, ou artesanato.

Tinha muita banana também, não é à toa que a gente tem esse nome de Bananeiras, quem acabou com a produção da gente foi a contaminação. Mas a gente tinha uma produção grande de bananas, então plantava de tudo, mesmo bem menina eu ia para a roça com pai e era toneladas de tomates, de cana, uma produção incrível,

abacate, banana, manga, ... Mas agora, a gente infelizmente tem que comprar manga, porque a gente perdeu com a contaminação.

Então, sabe, me incomodava muito a gente ter que dar um pau danado pra ter a fartura de comida que a gente tinha, aqui todos nós da família inteira trabalhava, e aí ter que o fazendeiro, ele fazia questão de na época da colheita, ele colher os frutos melhores, e dava uma tristeza muito grande ter que ver pai, e meu avô, o tempo todo ter que passar por aquele processo, vivendo o tempo todo naquela situação.

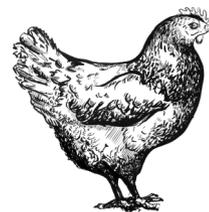
Mas, ao mesmo tempo a gente pensava: 'Mas a terra não é de pai?' A terra não é de meu avô? Será que é justo o que esse fazendeiro faz?'. Assim, que a gente pague, mas pague o que é justo pra nós. Isso incomodava muito. E no final, a gente era convencido por eles mesmos, (pai e avô), de que era justo, a terra é de 'não sei quem'. E a gente ficou um tempão na mão das famílias, da família Maia, na mão da Fazenda Maria José, que era aqui em Bananeiras, a gente ficou um tempão nessa situação.

Outra coisa que nos chamava bastante atenção, principalmente de nós que éramos mais novos, era que a gente não tinha onde fazer casa, e a gente não podia fazer casa. E que se fizesse casa... E isso eu tô falando de muito recente, até 2002/2003 as famílias pagavam arrendamento porque construiu casas.

Então quando chegou em 2002 a gente foi surpreendido pela família Maia dizendo que tinha vendido para um grupo de advogados a fazenda, a fazenda Martelo, que incluía um pedaço daqui de Bananeira. Que tinha vendido para esse grupo de advogados e que a partir daquele momento a gente ia ter que passar a pagar arrendamento para aquele pessoal, e que a gente também, além de pagar o arrendamento, eles aumentaram o valor, e aquilo foi a gota d'água.

E aí em 2003, quando já não aguentava mais essa agonia de pressão de fazendeiro, a gente começa a fazer reuniões para saber como é que a gente ia dar conta disso. A primeira ideia foi não aceitar a pressão, mas não sabia como fazer. E eu tô aqui pulando etapas, porque tiveram casas com ameaça de serem desmanchadas, e a gente ia para o enfrentamento, para não deixar. Então posso dizer que sempre teve conflito em Ilha de Maré, pelo acesso à nossa terra, pelo direito de produzir livremente, só que não tinha tanta visibilidade, mas sempre teve [luta].

E aí, a gente se junta com esse pessoal que estava passando também por muitas situações, que teve pessoas que foram presas porque enfrentou essa família, de fazendeiros Maia. E aí foram presos, e tiveram suas mercadorias destruídas na feira, chegou policial para dizer que tinham roubado e tal, e então a gente se junta para



fazer reuniões, e é nesse período de 2002 para 2003, que é quando Luiz Inácio Lula da Silva chega no poder, e a gente sabe da notícia desse processo de certidão quilombola, dos direitos quilombolas.

E aí, a gente começa a cutucar os mais velhos, né? E meu bisavô nessa época já tinha falecido em [19]90, e em 2002/2003 a gente começa a resgatar com os mais velhos que tinha, as histórias. Como foi que a gente chegou aqui e tal. E a gente coloca tudo no RTID de Ilha de Maré.

Todas essas histórias que a gente conseguiu resgatar, e eu particularmente fui me encantando muito pelas histórias, e até hoje quando a gente vai conversar com os mais velhos, eles trazem e é muito doído para eles, lembrar de muita coisa, muita... situações difíceis assim, que passaram.

Então, quando a gente começou essa discussão de comunidade remanescente de quilombo, eu lembro que o povo tinha muito medo, e achava que iria sair briga com os supostos donos da terra. Então os pequenos latifundiários começaram a dizer, "eles querem tomar minha terra"... e a gente dizia, a ideia não é essa, pelo contrário, é ampliar, e tal... Mas como os fazendeiros espalharam essa notícia, de dizer que a gente queria tomar as terras deles, as pessoas que tinham pequenos lotes de famílias, começaram a se sentir ameaçados... E aí teve comunidades que não quiseram fazer o enfrentamento.

E por isso, as comunidades certificadas hoje são Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Ponta Grossa e Praia Grande. As comunidades que ainda não são certificadas são as comunidades de Neves, Santana, Botelho, Caquenge... O pessoal fala que tem uma relação mais com os holandeses, que chegaram por aqui, na época da guerra, tem outras histórias da ilha de Maré que conta mais dessa parte. Tanto que desse lado as pessoas são mestiças, a maioria é negra, mas tem algumas pessoas brancas. Então é mais difícil fazer também esse debate nessas comunidades porque eles não se reconhecem como quilombolas, mas a gente sabe que o racismo faz isso, né? Tira nossa história das cabeças das pessoas. E faz achar que porque tem a pele mais clara e influência holandesa não é quilombola. Então o medo mexe muito com a cabeça das pessoas, né?

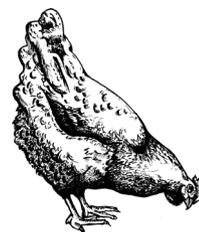
Mas hoje se você perguntar a eles, eles se arrependem, quando começam a chegar os direitos, né? O povo vai tendo mais confiança...Por ser comunidade remanescente de quilombo, se lamentam, e estão em processo de certificação. A comunidade de Botelho já pediu a certidão e estão nesse processo.

Francine: 'Nega', sua leitura sobre essa relação da organização do território diante dos conflitos vividos pelas comunidades da ilha evidencia um processo muito particular e 'escuro' (CARNEIRO, 2011) de defesa do território, como você muito bem coloca. Ou seja, é nessa relação profunda da comunidade com a natureza e com a terra que o povo se sustenta, mas muito além disso, reproduz valores e práticas que existem e resistem há gerações, então tem um caráter muito particular da força ancestral do saber artesanal de se relacionar com a terra. E outra questão importante que você traz é perceber que esse conflito pelo direito ao território é historicamente relacionado ao processo de expropriação da terra. Então não é a política institucional dos governos Lula e Dilma que mobiliza o território de Ilha de Maré a se organizar, mas ao contrário. Ao reconhecer que a luta preexistente do território pelo direito à terra e aos seus modos e valores de referência político cultural se tornam política de Estado, encontram um caminho de conquista de direitos pela institucionalidade. Como a gente sabe que este mesmo período destes governos também foram o período de acirramento dos conflitos mais pautados na questão ambiental, gostaríamos que você comentasse um pouco mais como se deu a organização do território a partir dos processos de contaminação do solo, da água, do ar...

Eu tenho uma imagem que fica na minha cabeça, que pai me contou... Quando ele começa a identificar o Porto de Aratu como uma ameaça a nossa vida, aos nossos modos de vida... Pai disse que ele era menino quando meu avô Candido na década de [19]70, [19]60 e poucos, quando começam a aparecer as primeiras luzes onde hoje é o Porto de Aratu. E ele perguntou, 'meu avô o que é aquilo?', e meu bisavô respondeu para ele, 'ali é o fim da vida da gente'. Então, imagine na década de [19] 70, em plena ditadura, ele ter essa consciência de que 'é o fim', ali acabou a vida da gente... e ele disse que sentiu muito medo. Trazendo para o contexto da chegada da Petrobras, gente vocês não fazem ideia das histórias que tem com a chegada da Petrobras aqui em Ilha de Maré. Vou contar algumas.

A Petrobras chega na década de [19]60, [19]70. Mais ou menos na mesma época do Porto de Aratu, um pouco antes. Então assim, primeiro que a Petrobras, como todos os empreendimentos, chega com o discurso de que vai trazer o desenvolvimento e riqueza para comunidade... Só que na verdade o que trouxe não foi bem assim.

Tem um jovem na comunidade, uma das lideranças que a gente tem aqui. Ele sofre muito e não gosta de falar da Petrobras... Porque o irmão dele morreu dentro de um Dique que a Petrobras fez, um lago. Tudo aconteceu em um dia, que não tinha água, porque no verão faltava água nas fontes, a mãe foi nesse Dique para lavar roupa e



levou o irmão. Esse irmão se afogou, e ele viu o irmão se afogar sem poder fazer nada para salvá-lo. Esse Dique, feito pela Petrobras dentro do território. Então a Petrobras vem com esse discurso de trazer riqueza, mas na realidade trouxe morte. Trouxe dor para a comunidade.

Outra história de dor são a dos filhos da Petrobras, dos funcionários da empresa que chegam para trabalhar na comunidade e se relacionam com as mulheres, e deixam os filhos para trás... E essa história é muito comum em Ilha de Maré. Várias mulheres na comunidade do Martelo, Ponta Grossa e Porto dos Cavalos, elas têm filhos da Petrobras. Isso porque a mão de obra daqui não foi aproveitada, a mão de obra das pessoas de Ilha de Maré, a Petrobras trouxe os homens de fora.

Para vocês terem uma ideia, a Petrobras tem poços nas comunidades de Praia Grande, Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa. E não foi em qualquer lugar que foram cavados esses poços. Eles têm uma grande extensão, e são dentro da roça da gente, do espaço que a gente tinha. E ainda que a gente plantasse de meeiro, era a roça que a gente plantava. Como os nossos avós e nossos bisavôs não eram considerados donos da terra, então esses fazendeiros da família Maia, negociaram esses espaços, mas sem os moradores saber. E assim, as roças, as casas, os moradores, tudo foi negociado pela Família Maia como 'propriedade da Petrobras', então um dos primeiros conflitos com a Petrobras foi esse.

A Petrobras, além de fazer os seus poços, para fazer eles, ela precisa abrir caminho mata adentro, tem esse impacto, eles abrem a estrada, colocam cascalho, cortam a mata e tal... E depois tem os riscos de contaminação né? Eu conto sempre a história dos meus sobrinhos, quando eles foram catar goiaba, e um deles encontrou lá uma chavezinha e abriu uma das válvulas desse poço... E a gente viu o petróleo saindo sem proteção nenhuma. Então assim, o impacto dessas empresas chegando em nosso território é cruel. Porque a gente tem que conviver com as dores, com os cheiros e os danos dessas coisas... Todos os pés de mangueira espada morreram, secaram todos os pés e a gente tinha fartura de manga antes, então a gente atribui à contaminação.

Outra questão importante de lembrar é que algumas pessoas foram indenizadas e saíram, especialmente as famílias da comunidade de Martelo. Mas logo depois elas voltaram mais para cima do território... E assim, os dutos da Petrobras acabaram passando pela frente da casa das pessoas... E olhe, não é uma relação simples, por mais agressão que tenha tido, a gente não consegue se desassociar, sair dali e não voltar mais. Vocês sabem que até pode sofrer um processo de indenização, e sair, mas

tem comunidades que depois voltam, e continuam ali resistindo, porque viu que foi um erro, o que foi feito.

Assim a comunidade de Martelo, é um desse povo. Não foram muitas famílias, o pessoal fala que foram umas 06 famílias indenizadas pela Petrobras, mas quando tem seus filhos e encontram dificuldade de moradia, vão morar onde tinham referências. Nos lugares de onde saíram, e assim o conflito continua...

Outro impacto muito grande foi o local onde a Petrobras fez o descarte. Era um manguezal, eu lembro, e que eles danificaram esse manguezal e que agora ele não cresce mais, ele fica 'todo nanico'. Em 2012 a gente pediu para fazer um estudo para ver se esse manguezal estava contaminado, e a mesma coisa com a água do dique, que a gente percebe que muda de cor, e até hoje não entregaram o resultado para a gente.

Mas mesmo sem estudo concluído a gente sabe que esse mangue 'nanico' tá contaminado, porque a gente lembra quando criança, a quantidade de siri de mangue que a gente catava lá. A gente aproveitava e catava os siris enquanto mãe e pai estavam cortando as bananas, e a gente ficava o dia todo na roça... Hoje, a gente não faz mais isso, o mangue ficou muito miúdo, ficou raso, e a potência que era do pescado já não tem mais.

E tem também os poços que estão dentro do mar, e até no mar eles disputam com a gente. Tem um lugar que é de descarte de resíduos, que sabe lá de quê, dos resíduos da refinaria. Nesse lugar eles cavaram um tanque, dentro do mar, é um buraco gigante e a gente chama essa área de 'lama podre'. Quando a maré enche, ela levanta e fica boiando. Essa 'lama podre', a gente deu esse nome.

Vocês não imaginam o medo que a gente tem dessas coisas que a poluição trouxe, mas ainda assim é um lugar que a gente marisca, que a gente pesca, pai transferiu um medo para gente, ele disse, que quando minha irmã mais velha tinha meses de nascida, teve uma explosão na refinaria Landulfo Alves que diz que foi um horror, assim, muito medo.

Em 2013/2014 teve outra explosão, que está registrada no filme documentário 'No Rio e no Mar'<sup>15</sup>, e pelo filme vocês vão perceber como a gente ficou com medo, por ter os relatos também do que já aconteceu.

Então, assim, os conflitos que a comunidade vem sofrendo tem me modificado bastante, porque eu costumava ser mais calma, eu era mais orientada pelo vento, pelo tempo da maré, mas aí quando a gente abre os olhos para as violações de direitos a gente vai se modificando. Então eu me modifiquei muito depois da consciência da violação dos meus direitos e do meu território. Quando a gente começa a enxergar que a ganância do capital é tão grande a ponto de causar racismo, que adocece, que mata, que oprime, que enlouquece. Quantas pessoas na comunidade foram adoecendo e deixando de ter tantas garantias de direitos que era pra ter?

É tudo muito triste. Pra vocês terem uma ideia, a Ilha de Maré tem 14 poços ativos e os de gás já têm ligação direta para a Refinaria Landulfo Alves, juntando os que estão em terra no território, ainda ativos e o que está no mar.

**Luana: O racismo estrutural enraizado na nossa sociedade reproduz padrões coloniais muito evidentes na sua fala. Na perspectiva de um novo sujeito social, definido por uma identidade política de direitos coletivos (ARRUTI, 2003) “nas comunidades remanescentes de quilombo” preconizada na ADCT da CF 88<sup>16</sup>, a gente percebe que as práticas sociais de determinados valores culturais racistas permanecem. A ideia de remanescente de quilombo, por exemplo, coloca a questão quilombola como ‘congelada’ no período da escravidão, e as comunidades negras que se reconhecem como descendentes dos africanos, aqui escravizados, precisam a partir desses processos de luta, enfrentamento e resistência demonstrar aos fazendeiros, e ainda mesmo que tardiamente à sociedade, que o quilombo histórico, não se encerrou oficialmente em 1888. Nesta perspectiva de ter que lidar com o racismo estrutural na interlocução com o Estado Brasileiro por direitos, gostaríamos que você avaliasse a organização das comunidades da ilha em relação às políticas institucionais de reconhecimento do território?**

Então, a gente que viveu essa perda de direitos pela contaminação, a gente sofreu muito, sabe? Mas assim, a gente nunca aceitou as condições de vida que a gente vivia, né? Então, quando a gente via, essas empresas muito próximas, enriquecidas, cheias de dinheiro, às custas da nossa soberania alimentar e do nosso bem viver, a gente se incomodava muito de ser tão próximo de Salvador e a gente não ter as garantias das políticas públicas.

Água mesmo é muito recente. O acesso a água tem muito poucos anos, tem 23,24 anos que chegou água encanada em Ilha de Maré. Energia tem trinta e poucos anos,

35 anos que chegou em Ilha de Maré. E a gente sempre com os mais velhos, com todo mundo, a gente fazia abaixo-assinados em época de eleição que os mais velhos levavam para entregar aos vereadores, deputados que se aproximavam em época de eleição, e nada das políticas públicas e infraestrutura chegarem. Então sempre teve esse incômodo.

Mas aí a gente também precisa reconhecer, que antes a gente tinha esse incômodo, mas para as comunidades tradicionais as informações sobre os direitos, elas não chegaram logo, na verdade hoje a gente sabe que nos foi sempre negado pelo Estado Brasileiro.

Então a gente consegue acessar as informações sobre os direitos que a gente tinha, com a chegada do CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores, que chega na comunidade fazendo um diagnóstico, na verdade algumas pessoas, porque antes não tinha CPP na BTS (Baía de Todos os Santos), e aí uma das comunidades pesqueiras que eles escolheram para fazer um levantamento da situação, e um diagnóstico foi Ilha de Maré, e aí eles começaram esse processo de mobilização das comunidades.

A CPP chega aqui em [19]99, 2000. Neste período eles fizeram o levantamento, o diagnóstico da ocupação e dos conflitos vividos pelas comunidades da ilha (Ver Fig O2). Na verdade, o objetivo do levantamento/trabalho era criar uma equipe da pastoral aqui na BTS. Então fizeram esse levantamento, apresentaram esse diagnóstico, e então eles começaram a pontuar alguns exemplos que a gente não via como ameaça. Ou melhor, a gente via a ameaça mas não sabia o que fazer, né? Tinha aquela imagem, aquela ideia de que por ser uma contaminação realizada por grandes empresas do governo e multinacionais, a gente não tinha força.... que era o caso do Porto de Aratu, a Refinaria, etc.

E aí também trouxeram, a CPP, as informações, por exemplo, de que era possível sim reverter esse quadro, esses conflitos territoriais que antes a gente achava que não tinha como reverter. Foram eles que trouxeram, e apresentaram para nós, e que foi muito importante, e na verdade foi fundamental na chegada deles, os caminhos institucionais do Ministério Público, da Defensoria Pública, que antes a gente não sabia, que existiam esses caminhos.

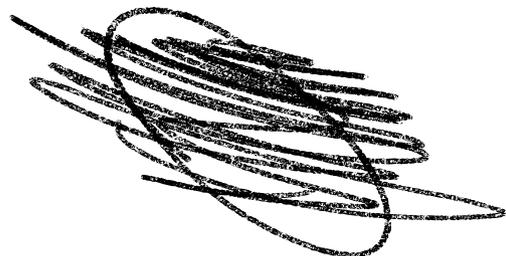
E é durante esse período também que chega a notícia da possibilidade da certidão quilombola, no primeiro governo Lula. E tanto que nós somos uma das primeiras comunidades certificadas, aqui em Porto dos Cavalos, e Praia Grande. Nós fomos as comunidades que tiveram a certidão logo, 2004 a gente consegue a certidão de remanescente de quilombo.

Então a gente já estava mais ou menos organizado, em 2004. Foi neste período que a gente teve a formação feita pelo CPP, a formação de conhecimento dos nossos direitos, que a gente ia brigando, e foi quando também, nesse período a gente retomou a colônia, que antes foi fundada por pescadores, e naquela época quem estava eram empresários, então a gente retoma a colônia e faz todo um processo de organização em torno da pesca. Então é muito bonito esse processo de organização, neste período porque vai se somar às articulações que a gente travou para o processo de certificação e elaboração do RTID.

Então, eu já falei né? As comunidades que foram certificadas foram Bananeiras, Porto dos Cavalos, Ponta Grossa, Praia Grande e Maracanã, que são as comunidades reconhecidas pelo Estado. Porque infelizmente tem uma questão muito chata como comunidade quilombola, que é essa necessidade de ter que provar o tempo todo que é quilombola, ter que apresentar documento de certificação, mas Ilha de Maré toda é um quilombão, né?" Então eu não gosto, eu tenho uma dificuldade muito grande... Assim, eu acho um absurdo a gente 'ter que' aceitar de que o Estado, ele tem a necessidade de o tempo todo ficar - eles precisam - pois não basta eu dizer que eu sou negra, e que eu sou Marizélia e moro na comunidade, eles precisam que eu tenha uma certidão. Eu tenho que ter um RG, um CPF.

O Estado precisa dizer 'quem eu sou', eu tenho que ter um número, eu tenho que ser identificado, e continua aquela mesma coisa, assim, na minha opinião. 'Nega' é de quem, né? 'Nega' é do Estado? Pertence ao Estado?

Então eu tenho essa dificuldade muito grande de aceitar esse comportamento do Estado, não basta para o Estado, para o País, que para a gente garantir os nossos direitos, não basta se auto reconhecer, tem que constantemente provar quem eu sou, mas quem eu sou não vale nada pra eles, pra eles somos números.





**Conflitos territoriais - Ilha de Maré e Boca do Rio (Prainha)**



**Legenda**

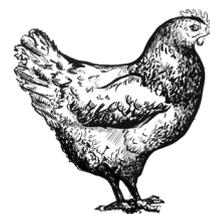
- Empreendimentos
- Comunidades Pesqueiras
- Comunidades Pesqueiras e Quilombolas

Fonte: Campo 2013-2021; RTID-INCRA, 2017.  
Elaboração: CORDEIRO, Paula Regina.

**Figura 02:** Mapa da BTS Identificando Ilha de Maré e os Conflitos Territoriais. Fonte: Campo 2013-2021, INCRA 2017; Elaboração: CORDEIRO, Paula Regina.

## Eixo 3: Limites da institucionalidade diante do racismo estrutural do Estado Brasileiro

Francine: 'Nega', seu relato até aqui traz uma lucidez política incrível para refletirmos sobre o 'direito ao território', ou como aprendo com suas palavras e algumas autoras do feminismo negro, traz uma leitura política extremamente 'escurecida', (CARNEIRO, 2011), de organização social e sobre os caminhos da institucionalidade na luta por direitos. Gostaríamos, então, de aprofundar com você um pouco mais a reflexão sobre os limites da institucionalidade. Você nos traz como foi importante a articulação e organização do MPP, o apoio e parceria da CPP, a construção do RTID, o processo de mobilização da comunidade na elaboração deste relatório, então tem um lado positivo da institucionalidade né? Que é alcançar algumas etapas da luta por conquistas de direitos. Mas seu olhar sobre a lógica de operar a institucionalidade do Estado é preciso e cirúrgico. Principalmente quando você pauta o racismo como estruturante do Estado. Então será que você poderia nos contar um pouco mais sobre como você vê esses caminhos da institucionalidade? O que é bom neste processo de se organizar para alcançar um reconhecimento institucional e até onde a gente pode ir para não cair na mesma arapuca, digamos assim, que outros já caíram?



Na verdade é isso mesmo, a gente enxerga a institucionalidade como instrumento que a gente precisa se apropriar para garantia dos nossos direitos...Porque assim, eu lembro de menina quando pai ouvia a voz do Brasil no rádio, com meu pai e meus avós, que a gente realmente precisa que se faça uma reforma agrária. Então assim, essa discussão da reforma agrária, ela é muito antiga, da importância da reforma agrária.

E aí, entendendo com eles, a gente ficava pensando, será que realmente a questão da reforma, se ainda tinha alguma dúvida sobre o negócio, e tinha toda aquela discussão que era o MST que nos pautava, e aquela coisa de tomar terra... e pra nós sempre foi aquela coisa... a terra é de quem trabalha nela, né? Não tem dono, e os mais velhos diziam: 'Deus quando criou a terra, ele não vendeu a ninguém'. Então porque é que tem dono? E a gente ficava naquele incômodo, sempre ficamos incomodados.

Independente, de quem, antes de chegar às organizações, porque antes da CPP veio a igreja católica, que tinha umas freiras católicas, que trabalham orientadas pelas orientações de Paulo Freire, e de outras pessoas mais populistas também. Mesmo antes dessas pessoas chegarem, a gente se incomodava, mas não sabia o que fazer e como fazer. Então o lado bom da institucionalidade é que a gente aprendeu como ir pro enfrentamento.

Eu lembro também de outra experiência que foi quando a comunidade toda se juntou porque tinha um fazendeiro que não queria que uma família daqui da comunidade, finado João e Dona Joana, não queria que eles construíssem a casa deles. Então, tinha uma casa de barro e a casa já estava muito ruim, os fazendeiros queriam que eles fizessem a casa de taipa no mesmo lugar. Mas eles diziam que não conseguiam fazer a casa de taipa no mesmo lugar, porque aí a gente vai morar aonde? E foi fazer em outro lugar, e chegou esse fazendeiro cheio de capangas, querendo derrubar a casa dele, e a comunidade toda se juntou, e não deixou.

Então assim, se organizar e aprender sobre nossos direitos é importante para gente se entender como gente, pra exigir o que é nosso por direito, pra não ficar esperando do Estado esse reconhecimento.

Agora, essas políticas que foram pensadas e implementadas pelos gestores, aí na época de Lula. Essas políticas, a gente sempre viu como instrumentos, que a gente precisa se apropriar, para a garantia desse direito, né? Para a gente sempre foi muito certo de que a terra era pra gente trabalhar. De que o território era pra gente viver. Então, assim, 'direito ao território' é isso, é viver o que a gente sempre viveu, é manter

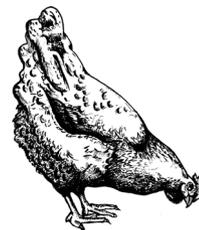
nossas referências ancestrais. Por fim, acho importante dizer que a gente tem feito luta mas não tem saneamento básico ainda, não tem calçamento, não tem praça, não tem nada dessas garantias de direito de políticas públicas. O que melhorou um pouco foi o atendimento no PSF, que chegou um médico e uma equipe... Tem a escola, que é mais organizada que fica na comunidade de Praia Grande mas que é pra atender a todas as comunidades até a oitava série. Fora isso a limpeza é precária, não tem garantia de água encanada, energia elétrica de qualidade. Então a gente tem feito luta mas vem as mínimas das mínimas coisas.

**Francine: A forma como você lê os limites da institucionalidade evidenciam caminhos que tencionam o status quo capitalista do “Estado de Direitos”: a relação do uso da terra pública enquanto valor inegociável, em detrimento da relação de propriedade; a omissão dos órgãos na garantia dos direitos fundamentais; a recusa do estado de tutela política na interlocução com o Estado. Ouvir assim seu relato e suas reflexões nos apontam elementos para perceber como o racismo mascara o campo político da luta institucional pelo “Direito ao Território”. Você poderia aprofundar a reflexão sobre Racismo e “Estado de Direitos”?**

O que se espera do Estado? - que cumprisse o seu papel, que regularizasse e titulasse as terras quilombolas, e a terra da gente, mas o que a gente vê na prática, a depender dos interesses, não anda.

Tem um projeto político, que em ilha de Maré não pode avançar as políticas públicas, não pode avançar a regularização do território, não pode avançar porque na verdade Ilha de Maré precisa continuar sendo a senzala. Então onde sempre estive os casarões, é onde estão as estruturas para manter os herdeiros, e os senhorzinhos, ...Os herdeiros dos donos de engenho ricos.

Jussara Rêgo, em sua tese de doutorado, ela chama a atenção disso, que a gente ficou impressionado, o quanto foi preciso assim, identificar, que onde eram os engenhos, foram construídas, agora, as estruturas que continuam nos oprimindo (RÊGO, 2018). E assim, a gente vai continuar defendendo que precisa fazer uma limpeza no nosso território, e o que tiver de conflito precisa sair, como por exemplo, os dutos da Petrobrás. Mas a gente sabe que a máquina que opera é para que a gente não se sinta gente. A gente não tem que se sentir vitorioso, a gente não tem que se sentir grande, né? Porque se não a gente vai ter o poder, e o poder não cabe ao povo preto e pobre. O poder tem que continuar sendo garantido para os brancos.



Então as estruturas do Estado não foram criadas para atender as demandas do povo preto. Tem alguns procuradores que até nos escutam, mas não conseguem agir na velocidade que a comunidade precisa. Eles dizem que tem que cumprir vários ritos para ser no tempo em que a instituição atua, e aí, a gente denuncia por décadas a mesma situação e ainda tem nossos processos arquivados. Então, o TAC, (Termo de Ajuste de Conduta)<sup>17</sup>, por exemplo, ele foi celebrado sem a parte mais interessada. Se fosse depender das empresas nunca existiria um 'ajuste de conduta', então quem solicitou a assinatura deste termo foi a gente. E aí, o Ministério Público Estadual (BA) do Meio Ambiente, na 6ª promotoria, eles tocam o acordo com as empresas sem a presença da gente. Então vocês vejam, o MPE-BA, ao nosso pedido, assina um acordo com as empresas e ignora a nossa presença.

Então não é interessante a gente ser protagonista, não é interessante a gente defender nosso povo, nosso território. A própria promotora de justiça nos disse que não conseguiríamos tirar o Porto de Aratu, então que era para a gente se adequar a essa realidade. Então quer dizer: mesmo que o Porto de Aratu nos mate, diminua nossa potência de existência, nosso tempo de vida, contamine o ambiente que a gente vive, ainda assim, não cabe a nós decidir sobre o que tem que acontecer com estas empresas. O que tem que ser considerado é que o país precisa crescer. O desenvolvimento precisa acontecer.

**Luana: Ampliando o debate trazido por Francine, um dos principais tensionamentos do Bem Viver está no diagnóstico de que na América Latina, esse modelo desenvolvimentista que se propõe como desenvolvimento econômico está estruturado em três elementos, considerados como a causa dos principais problemas do qual padecem as sociedades latino americanas: a alienação, a desigualdade e a insustentabilidade (20) (Cubillo-Guevara et all, 2016). O primeiro deles trazido por Fran, é o sistema econômico mundial capitalista, sustentado não apenas na propriedade privada como também no mercado, sendo este, herdeiro da ordem econômica mundial que o estruturou à nível global, que é a colonização. Esse rearranjo do sistema mundo eurocentrado se fundamenta também no antropocentrismo, no domínio do homem sobre a natureza, e não como parte dela. O resultado das diversas combinações possíveis e perversas dessa fórmula está retratado em seus relatos. O etnocídio é uma das formas de extermínio das comunidades tradicionais, eliminando a perspectiva da reprodução e permanência da comunidade em seu território original, e principalmente a eliminação dos seus modos de vida tradicionais, como a pesca, evidenciada nos crimes ambientais relatados. Em toda a sua fala você gradativamente pontua aspectos**

que questionam esse modelo socioeconômico de desenvolvimento proposto e a relação com todo o aparato estatal... e podemos perceber a profundidade da sua crítica não a um governo especificamente, mas a um padrão hegemônico (mundial) ao qual estamos todos submetidos, onde contraditoriamente, quem vive da terra e é conectado à ela nas suas mais plurais dimensões, (SANTOS, 2018), “paga” a conta dos que vêem a terra apenas como mercadoria, como recurso a ser explorado. Você pode “escurecer” um pouco mais essa reflexão sobre a relação RACISMO X DESENVOLVIMENTISMO para nós?

Outro dia eu estava numa 'live' numa escola daqui de Ilha de Maré, e um aluno que perguntou o que era racismo institucional ... e, bem esse termo para a gente é muito novo, e eu expliquei do jeito que eu entendo:

Desenvolver, sem reconhecer que já tem um povo que desenvolve, e esse povo ele não pode ser consultado, ele não deve ser consultado, porque não cabe a esse povo a decisão de que, o que é que entende como desenvolvimento e a esse povo não cabe a decisão de que naquele lugar, não caberia esse modelo de desenvolvimento.

A nós não é dado o direito de que não cabe esse modelo, e os argumentos é que precisa crescer, precisa crescer e desenvolver o país, e aí dane-se que se para crescer, e desenvolver, dane-se que seja para matar um povo (suspira).

Então esse racismo além de ser estrutural, ele consegue ser tão perverso que essa estrutura ela vem num formato de um rolo compressor, passando por cima de todas e de todos, e que na maioria das vezes, com o aval do estado, que aí são os órgãos ambientais, tanto estadual como federal, que se precisar matar, mate.

Mate de fome, mate de angústia, mate de sofrimento, mate de dor, mate de tristeza. Mate. Mas o desenvolvimento, ele precisa acontecer ... porque tem que estar no topo. A Bahia ela tem que estar no topo, de mais empresas, mais emprego, mais renda, mais, mais, e tem que estar no primeiro lugar, e é um pouco isso.

Gente, eu queria muito não enxergar esse racismo, queria muito, não identificar que existe esse racismo, queria muito não perceber que somos tão massacrados sabe? Tem sido muito difícil para mim ver, centenas de pessoas vivendo como se nada estivesse acontecendo, centenas de pessoas não enxergando esse racismo. E pessoas que são orientadas pelas empresas, são orientadas pela mídia, que são orientadas pelo próprio sistema mesmo.

Eu queria muito, não carregar tanto esse peso de enxergar o racismo. O racismo ele adocece, ele entristece, ele modifica a gente. Eu me lembro de quando que eu era muito tímida, e que eu quase não falava com as pessoas direito, eu gostava muito de rir, eu gostava muito de ouvir as histórias de pai, e dos meus avós, de meu bisavô. E mesmo eu vendo que eles estavam sendo explorados, eu não sabia que era o racismo. Eu ficava muito, era muito de frequentar a igreja com eles, mesmo que as orações fossem na rua, porque aqui não tinha estrutura, mas eu ficava assim pedindo a Deus que meu pai trabalhasse menos, que meus avós fossem felizes, que não precisasse trabalhar tanto ... eu ficava agoniada quando via minha mãe, minhas avós, minhas tias ... quando chegavam da maré, ter que cuidar de casa, ir para a fonte pegar água, e fazer lenha, e catar marisco e cuidar da gente. E eu não entendia que era racismo aquela situação.

Não entendia que não ter água potável, não ter energia ... eu não entendia que era racismo. Não entendia que era racismo na época das eleições, o povo da cidade, os brancos da cidade, virem na comunidade juntar o povo e dizer que para melhorar alguma coisa, precisava votar neles. Eu não entendia que era racismo quando eu via o Porto de Aratu, e as empresas numa potência, e eu ficava pensando o quanto que deve ser rico, porque tem muitas lâmpadas, muito barulho, muito gasto... eles devem ser ricos, muito ricos. E o que chega para nós? Eu não entendia que era racismo.

E eu não entendo até hoje, como se perpetua esse racismo, que são contemplados, pelas empresas, pelos governantes, que alguns deles até são assessorados pelos pretos, e que tem, cumprem o papel de conivente com esse racismo, e que faz o discurso que é contra o racismo, e aí, assiste de longe os ataques que as empresas fazem a esse povo que é preto e que é pobre, e que a única coisa que nos move é pelo direito à vida.

Continua o INEMA<sup>18</sup>, vendendo a nós, a nossa comunidade aos brancos, ofertando a nossa comunidade, e algumas vezes deve até mostrar a beleza das mulheres, o encanto da comunidade... e a cultura do nosso povo. Esse racismo que ele tem como aliado a contaminação que nos mata. A gente vai continuar brigando, mas a contaminação nos mata, e vai favorecer o projeto político do racismo.

## Eixo 4: Leitura de conjuntura e caráter pedagógico da luta quilombola de Ilha de Maré

Francine: Sua fala é uma verdadeira aula, 'Nega'. Nos faz pensar na conjuntura macropolítica atual. Em como o discurso desenvolvimentista fomentou a plataforma política do Estado Brasileiro rumo a um extremismo neoliberal. Porque se pararmos para refletir sobre o contexto macro político atual brasileiro a partir do projeto desenvolvimentista de 'progresso' assegurado historicamente em nosso país, mas com potencial ressignificação e reestruturação do capitalismo no Brasil assentada nesta pauta ao longo dos governos Lula e Dilma, principalmente quando a gente parte de projetos petrolíferos, de mineração, etc, fica evidente para o leitor, como a luta quilombola de acesso à terra foi invisibilizada, subestimada, cooptada e até mesmo ignorada quando se pauta seus princípios de existência e identidade na afirmação política. Você trouxe até aqui poderoso relato sobre sua trajetória de afirmação identitária e territorial, passando por uma reflexão profunda sobre a organização das comunidades da Ilha de Maré e sua interação com a institucionalidade na luta por direitos. Finaliza sua reflexão trazendo elementos fundamentais para refletirmos sobre 'como caminhar pela institucionalidade' a partir do tensionamento de aspectos estruturantes do Estado Brasileiro como a propriedade privada, o racismo e o próprio projeto desenvolvimentista de governo. Seria possível, então, encerrarmos esta entrevista com sua análise de conjuntura sobre nossa macropolítica?

Luana: Gostaria de complementar a pergunta de Francine te pedindo para trazer um recado para quem está na luta hoje por terra. Qual o seu recado para os mais novos? Para quem está começando a ter consciência de seus direitos?

Sobre análise de conjuntura política, a gente costuma dizer que a gente tá até 'marcada', eu, Edielson, Elionice, Rose, aquela galerinha nossa. O povo não gosta de chamar a gente pra fazer análise de conjuntura da política quilombola porque sabem que a gente vai falar mal do PT. Então pra eles, é melhor que a gente não vá. Tem uma frase que a gente costuma usar muito que é **'Entre a esquerda e a direita estão os territórios em conflito'**. Então, eu costumo ter o cuidado de dizer que não é uma questão de votar em Lula ou não votar, a questão é: **Porque o PT não fez e não faz autocrítica?** Porque muito do que a gente sofre foi por conta do que o PT fez... E na minha avaliação, acho que tem uma contribuição muito grande do PT para chegada

desse Bozo. Então fico muito incomodada com essas lideranças que agem e falam como se não tivessem contribuído em nada com esse governo de hoje.

Os desmontes que estão vendo hoje nas políticas públicas foram apoiados por essas lideranças, porque a gente sabe que a omissão também é apoio. E aí, nós do Movimentos dos Pescadores, podemos falar disso, o Movimento Indígena, também pode, assim como os quilombolas também, ao mesmo tempo que os anos de governo PT trouxeram uma série de políticas públicas que beneficiaram a população mais vulnerável, a gente pode fazer uma lista dos equívocos que eles fizeram. Tomadas de decisão assumidas pelo PT que destruíram com a vida de muitos territórios tradicionais.

Então, assim, a gente pode trazer a análise de conjuntura para aqui na Bahia sob a gestão de Jacques Wagner, que diminuiu a poligonal da RESEX da Bacia do Iguape em função da construção ilegal do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que abriu precedente para o que está acontecendo agora com a RESEX de Canavieiras. Quantas comunidades pagaram muitas vezes com a própria vida o preço do desenvolvimento e dos interesses dos grandes empresários? Eu fui a uma reunião governamental nos últimos momentos de Dilma no poder e vi o Ministro de Meio Ambiente pegar todas as solicitações de criação de RESEX e tratar as poligonais das comunidades como um bolo e fatiar os pedaços das fazendas dos latifundiários. Então, quem começou com o desrespeito às poligonais de delimitação dos territórios tradicionais?

Quem criou a lei anti-terrorismo que arrefeceu vários movimentos sociais foi a gestão de Dilma. Quem tá licenciando a duplicação do Porto de Aratu? Quem começou o processo de leiloar a Refinaria Landulfo Alves, gerando tantos conflitos entre os petroleiros? Quando não era governo do PT conseguimos engavetar o licenciamento da duplicação do Porto de Aratu, mas mesmo com todos os impactos socioambientais tão nocivos para nossos territórios, o PT passou por cima com esse licenciamento.

Então, assim, é muito difícil pra nós, para os territórios tradicionais, não fazer o debate do desenvolvimentismo. E agora, com esse Bolsonaro no poder, o PT quer vir pra nós com esse mesmo discurso ruim com Lula, pior sem ele? Na verdade, provavelmente todos os partidos de esquerda se tivessem chegado ao poder fariam o mesmo porque a questão é estrutural.

A gente tá cansado desse debate, a gente ouve isso desde o governo Dilma. Enquanto isso, as mesmas alianças que geraram essas tomadas de decisão continuam sendo feitas. Então, assim, o que é que vai ser negociado nessa forma de fazer política, às custas de nossos territórios, às custas de nossas vidas? Porque os ruralistas

continuam com seus interesses garantidos. A Katia Abreu esteve no governo Dilma e continua no apoio a Lula. Ela acabou com a vida da gente quando esteve na gestão do Meio Ambiente.

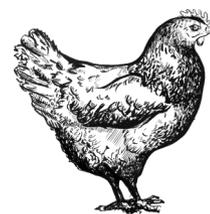
E aí quando a gente começa a fazer a crítica ao partido é comum a gente ouvir que Rui Costa é de uma tendência mais próxima aos empresários, só que pra mim não interessa, se é PT, se é partido dito de esquerda. E depois, a gente que tá na luta há muito tempo, a gente sempre ouviu o discurso de que o Brasil precisa crescer. E historicamente quem cresce são os mesmos de sempre, e sempre às custas das comunidades, destruindo a vida da gente, diminuindo o tempo de vida da gente.

É muito cruel, nosso pescado está ameaçado em nome do desenvolvimento. Esse modelo posto de desenvolvimento só faz a gente perder. A gente perde nossas terras, a gente perde nossa saúde, a gente perde nossa cultura, as nossas referências. A gente perde as nossas vidas. Pra nós é só perda. Quem ganha é o partido que recebe financiamento de campanha da OAS, da Odebrecht, Braskem, *Dowchemical*, Dias Branco, Petrobrás, etc, ganham as empresas que têm seus interesses e lucros garantidos.

O Estado trabalha a serviço dos partidos e das empresas. Você vê: o INEMA, trata a política ambiental como um balcão de negócios. Eles ficam o tempo todo rifando as comunidades com o discurso de que não pode barrar o desenvolvimento do país. Então essa leitura política de desenvolvimento do Estado e das empresas não nos representa. Então, o que eu acho é que nosso movimento precisa fazer uma avaliação com os outros movimentos e apresentar as propostas das comunidades pro Lula pra ver o que ele vai se comprometer. Aí vamos pra cima.

E depois, o partido tem crescido em termos de representatividade negra, eles são colocados em cargos importantes mas em troca têm que fazer o discurso do Estado. São os negros que o Estado cooptou pra diluir a luta da negrada. O que é a SEPRMI<sup>19</sup>, gente? Eles servem pra encenar uma atuação pra acalmar o conflito mas nunca conseguem atender aos interesses do povo negro. E isso foi o que aconteceu com a SEPPPIR<sup>20</sup> também na esfera federal. Se eles sabem que vai acontecer algum levante do povo negro eles são acionados pelo Estado para calar a boca e a voz do povo negro em conflito.

Então, o que eu tenho falado muito pra quem vem depois é que a luta que a gente faz é pra reduzir o medo que a gente vive. O medo de não poder plantar, de não poder pescar, o medo de ver nosso povo passar fome, ver nosso povo adoecer.



Eles continuam enriquecendo até hoje em cima da miséria e da exploração do nosso povo. Como é agora o caso do Projeto Bahia Terminais, que não se contenta em destruir o manguezal, e quer destruir as pessoas que vivem do manguezal. A mesma coisa pra Braskem, a Petrobras, etc.

Então o meu recado para os mais jovens é que precisamos continuar a luta para reduzir o medo do poder da ganância, que vêm dos herdeiros da Casa Grande, dessa opressão que é histórica.

**Luana: Não podemos deixar de registrar a admiração e a honra de poder fazer essa entrevista, e reconhecer o privilégio da oportunidade de entrevistar uma liderança com a qual a gente se identifica e reconhece os mesmos valores éticos, sociais e ambientais. Para nós é muito importante que outras pessoas te conheçam e se reconheçam, e ainda mais, que subvertam suas referências de pessoas europeizadas, milionárias e famosas por nada em específico, por pessoas reais e éticas. A beleza e a força da fala de uma mãe, uma avó, uma mulher lutadora que está defendendo os direitos da sua comunidade, e além, o direito a outros modos de vida. Ao mudar as nossas referências, nós mudamos também os nossos padrões de atitude, ajustamos nossos valores, nossos ideais.**

Para nós (a luta quilombola) é a luta do povo real que resiste e está fazendo a transformação pela e na terra, não é a luta institucionalizada pautada nos discursos de esquerda ou direita, é essa luta que está aqui.

## Notas

**1** A *ontologia* é a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, a essência das coisas. Para filosofia política a dimensão ontológica se constitui da capacidade de se perceber a natureza, a essência da política, ou ainda, a forma como a sociedade se institui e estabelece suas relações. Neste sentido, o presente trabalho comunga com as ideias de Arturo Escobar (2015) sobre as práticas sócio-político-espaciais dos territórios originários. Para o autor elas são um caminho de problematização do ‘direito

ao território’, uma vez que, ao valorizar e defender seus saberes e modos de vida, tensionam e evidenciam a ilegitimidade do projeto globalizador neoliberal de construção do mundo capitalista liberal e secular. Para o autor, muitas comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas podem ser vistas como avançadas nas lutas ‘ontológicas’, isto é, adotando a defesa de seus modos de vida como pauta inegociável na interlocução institucional com o Estado Brasileiro na luta por direitos. Tais lutas podem ser interpre-

tadas como contribuições importantes para as transições ecológicas e culturais dirigidas para um mundo no qual caibam muitos mundos (o pluriverso). Mais detalhes, ver Escobar (2015).

**2** Direitos fundamentais são aqueles inerentes à proteção do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Elencados na Constituição Federal Brasileira, possuem a mesma finalidade que os direitos humanos. A diferença se dá no plano em que são instituídos: se os direitos declaram, as garantias fundamentais asseguram. (BRASIL, 1988, art. 5º).

**3** No Brasil, a democracia no “Estado Democrático de Direito” é chamada de democracia representativa, uma vez que esta é exercida pelos partidos políticos, sendo a Constituição Federal de 1988 seu principal ordenamento jurídico. O conceito de “Estado Democrático de Direito” é oriundo dos princípios básicos do liberalismo: a) defesa da propriedade privada; b) liberdade econômica (livre mercado); c) mínima participação do Estado nos assuntos econômicos da nação (governo limitado); d) igualdade perante a lei (estado de direito), (Dallari, 2003, pg. 94). Tais princípios são pauta inegociável na interlocução com a sociedade civil na garantia de direitos constitucionais. Neste sentido, para os fins do presente trabalho, evidencia-se a ilegitimidade do “Estado de Direitos” pelo seu caráter colonial de poder.

**4** A Lei nº 9278/2017 ampliou o número de bairros de Salvador de 36 para 163. Com a mudança, as três ilhas que pertencem a Salvador - Maré, Frades/Santo Antônio e Bom Jesus dos Passos - foram oficializadas como bairros, conforme referências.

**5** A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, define os bens da União.

**6** O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, é uma peça técnica administrativa realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em processos de titulação e regularização fundiária quilombola.

**7** Por força da Constituição Federal Brasileira o patrimônio da União pertence a todos os brasileiros e é administrado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Entre as competências da SPU incluem-se, entre outras, a incorporação e regularização do domínio dos bens; sua adequada destinação; além do controle e da fiscalização dos imóveis. Elas estão descritas no art. 31 do Decreto nº. 9.035, de 2017. Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

**8** A partir da década de 1950 são implementados na Baía de Todos os Santos, na área de abrangência da Ilha de Maré (Salvador, Simões Filho e Candeias) mais de 250 atividades industriais, com diversas empresas e polos industriais, entre elas a: Petrobras com campos de pesquisa e lavra de petróleo (1940/50); Refinaria Landulfo Alves (1959); Terminal Marítimo de Madre de Deus (1950); Centro Industrial de Aratu (CIA) (1960), Porto Organizado de Aratu-Candeias (1975), Polo Industrial de Camaçari (1978), entre diversas empresas químicas e petroquímicas que exploram o local e atuam nos polos, como a Dow Chemical e a Braskem (Fonte: Dossiê Ilha de Maré, 2015 e sites: [https://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodedeba/pt-br/porto\\_aratu.php](https://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodedeba/pt-br/porto_aratu.php))

**9** O Bem Viver é um conceito originado a partir dos conceitos de *sumak kawsay* em kichwa e *suma qamaña* em aymara, traduzidos (aproximadamente) como vida em plenitude, ao conviver, ao estar. Longe de ser um conceito

uniforme ou definido, a proposta do Bem Viver se apresenta como visões de uma vida harmônica entre seres humanos e natureza, “uma vida que ponha no centro a autossuficiência e a autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade”. (ACOSTA, 2016, p.39) Se apresenta também como uma alternativa aos modos de vida capitalistas na perspectiva indígena latino-americana, assumido na constituição da Bolívia e do Equador como os direitos da Mãe Terra.

**10** Para mais detalhes sobre a contaminação química, ver “No Rio e no Mar”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XpeSNilgJmA>, conforme referências.

**11** O engenho de açúcar Wanderley Pinho, atualmente Museu do Recôncavo Wanderley Pinho é um casarão do período colonial brasileiro, erguido em 1760. Localizado no distrito de Caboto, município de Candeias é considerado um dos poucos locais do recôncavo baiano a ter sua arquitetura original preservada. Mais detalhes em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu\\_do\\_Rec%C3%B4ncavo\\_Wanderley\\_Pinho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_do_Rec%C3%B4ncavo_Wanderley_Pinho). Acesso em 05 de outubro de 2021.

**12** A ideia de “*lugar de fala*” é originalmente trazida por Djamila Ribeiro (2012), ao fazer a crítica à colonialidade da produção de conhecimento que invisibiliza saberes e vozes de grupos e sujeitos políticos tratados na sociedade patriarcal capitalista como inferiores. Essa invisibilidade de sujeitos e vozes mantém as mesmas condições históricas e estruturais de opressão. Sendo assim, a ideia do “*lugar de fala*” tem como objetivo oferecer visibilidade a sujeitos cujos pensamentos foram desconsiderados durante muito tempo. Dessa forma, ao tratarmos de assuntos específicos a um grupo, como racismo e machismo, pessoas negras e mulheres possuem, respectivamente, lugar de fala. Isto é, podem oferecer uma visão que pessoas brancas e homens podem não ter. Desse modo, para a finalidade que o presente trabalho se propõe,

evidencia-se na entrevista o “*lugar de fala*” de Marizélia Lopes, ou ‘Nega’, como gosta de ser tratada, para aprender, entender e respeitar a luta da entrevistada pelo seu território enquanto carácter pedagógico para outras lutas.

**13** Para o pensamento decolonial afro-diaspórico a narrativa a partir da ideia de “*corpo-política*” e “*geopolítica*” do conhecimento permite a possibilidade de acessar múltiplas e heterogêneas reações e resistências contra as hierarquias raciais, assim como projetos de afirmação e reexistências da população (GROSFUGUEL, 2012, pg.15). A ideia de “*corpo-política*” do conhecimento que se evidencia aqui encontra muitas referências no feminismo negro brasileiro e anglosaxônico. Parte do corpo da mulher negra como epicentro das demandas sociais e de construção política de direitos.

**14** Em 2004 é promulgado o Decreto nº 4887 que regulamenta o artigo 68 da ADCT da Constituição Federal, instituindo instrumentos jurídicos inovadores para o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas.

**15** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XpeSNilgJmA>. Acesso em: 27 set. 2021.

**16** A Constituição Federal de 1988, no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) define: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. (BRASIL, 1988, p.143).

**17** O Termo de Ajuste de Conduta é um documento utilizado pelos órgãos públicos, em especial pelos ministérios públicos, para o ajuste de condutas contrárias à lei. Na fala de Nega, a mesma se refere ao TAC, promovido pelo Ministério Público da Bahia,

firmado entre MPE/BA, INEMA, IBAMA, COFIC, CODEBA, ANTAQ, PARANAPANEMA S.A, BRASKEM e Município de Salvador para regularização do licenciamento ambiental, do Porto Organizado de Aratu-Candeias, em Salvador, na data de 04 dez 2015.

**18** INEMA: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, órgão de licenciamento e fiscalização ambiental do Governo do Estado da Bahia.

**19** SEPRMI: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, órgão do Governo do Estado da Bahia responsável pelas ações afirmativas para o povo negro no estado.

**20** SEPPIR: Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

## Referências

AMARAL, C. H.C. **Poluição Atmosférica em Comunidades residentes próximas a Áreas Industriais**: Um indicativo de injustiça ambiental. Dissertação -Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

ARRUTI, J. M. P. A. **O Quilombo conceitual**: para uma sociologia do “artigo 68”. Rio de Janeiro, 2003. Texto para discussão, Projeto Egbé - Territórios Negros (Koinonia), Koinonia Ecumênica.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, S. El Buen Vivir como alternativa al Desarrollo para América Latina. In: **Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo** / Iberoamerican Journal of Development Studies, Volumen/volume 5, número/issue 2 (2016), pp. 30-57.

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. Decreto nº 4.887. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, DF, 20nov2003. Disponível em: D4887 (planalto.gov.br)

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em 05 de outubro de 2021.

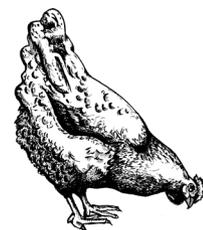
CORDEIRO, P. R. de O. **Essa terra é para filh@s e net@s não vende e não pode trocar**: a disputa entre o território tradicional quilombola-pesqueiro de Rio dos Macacos e o território militarizado da Marinha do Brasil. Dissertação (Mestrado -Geografia). Universidade Federal da Bahia, POSGEO, UFBA, 2019

DALLARI, D. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 24 ed. Atual, São Paulo: Saraiva, 2003.

ESCOBAR, A. **Territórios da Diferença**: a ontologia política dos “direitos ao território”. In: Repositório Digital Institucional UFPR. Vol. 35, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>. Acesso em 05 de outubro de 2021.

GROSGOQUEL, R. Decolonizing western universalisms: decolonial pluri-versalism from Aimé Césaire to the Zapatistas. In: **Transmodernity: journal of peripheral cultural production of the luso-hispanic world**, Merced, Califórnia, vol. 1,n.º3, p.88-104, 2012.

SALVADOR, **Lei ° 9278/2017**. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.



INCRA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Ilha de Maré**. Salvador, BA. 2017.

MINISTERIO PUBLICO DA BAHIA. Termo de Ajuste de Conduta (TAC) celebram o MPE/BA, INEMA, IBAMA, COFIC, CODEBA, ANTAQ, PARANAPANEMA S.A, BRASKEM e Município de Salvador para regularização do licenciamento ambiental, do Porto Organizado de Aratu-Candeias. Salvador, 04 dez 2015.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAS (MPP-BA). **Dossiê Denúncia da Contaminação Química das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e Quilombolas de Ilha De Maré**. Ilha De Maré, Salvador - Bahia, 2014.

RÊGO, J. C. de V. **Ilha De Maré Vista De Dentro: Um Olhar a partir da Comunidade de Bananeiras/ Salvador-Ba**. Tese (Doutorado Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2012.

SANTOS, A. B. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.

NO RIO E NO MAR (Documentário). Direção: Jan Willem Den Bok e Floor Koomen. Produção: Krista Nota e Herma Van Boven. Festival de Cinema Movies that Matter. Holanda: 57 min, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XpeSniIlgJmA> Acesso em: 20 set. 2021

Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2018. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-comunidade-da-ilha-da-mare-com-apoio-de-movimentos-sociais-e-entidades-publicas-luta-para-afirmar-identidade-titular-territorios-quilombolas-e-combater-praticas-de-racismo-e-degradacao-ambient/> Acesso em: 20 set. 2021

SOBREIRA, V. "Nosso direito de viver bem está sendo tirado pela ganância". **Brasil de Fato**, Pernambuco, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/12/13/nosso-direito-de-viver-bem-esta-sendo-tirado-pela-ganancia-critica-pescadora> Acesso em: 20 out. 2021a

